

DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: OS LIMITES DA RUPTURA NEODESENVOLVIMENTISTA NA GESTÃO LULA

Vinicius Rezende Carretoni Vaz

Mestrando no Programa de Ciências
Sociais pela Unesp/FFC (Marília).

Apesar do baixo crescimento, se comparado aos períodos desenvolvimentistas do Brasil, o governo Lula alcançou um crescimento relativamente superior aos índices apresentados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, principalmente se comparado com o segundo mandato.

Embora o governo Lula não tenha apresentado grandes transformações no que tange aos índices de crescimento, a pouca melhora apresentada motivou seus aliados a crer, ou divulgar, que a gestão Lula teria iniciado um processo de ruptura com o governo anterior, bem como com o neoliberalismo, passando a intitular o governo com termos que remetem a uma retomada das tradições desenvolvimentistas. Utilizam-se diversos conceitos para isto, como novo-desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, social-desenvolvimentismo, neo-nacional-desenvolvimentismo, lulismo, pós-neoliberalismo, todos para tentar compreender o que foi o fenômeno Lula, no entanto, é possível caracterizar o governo Lula enquanto um governo de ruptura?

Anteriormente a ascensão do PT à presidência, o Brasil tinha problemas tanto macroeconômicos quanto em sua estrutura social. O Brasil estava entregue ao neoliberalismo, sofria incessantemente diversas crises de balança de pagamentos, nossa

pauta de importações tinha cada vez mais componentes de maior valor agregado, enquanto nossas exportações eram cada vez mais voltadas para produtos agrícolas e *commodities*. Vivíamos uma conjuntura de vulnerabilidade externa.

A desigualdade social nesta época chegou a seu auge e o salário mínimo atingiu o menor nível da história desde sua criação, a conjuntura é de enorme instabilidade. Apesar de FHC ter assumido a presidência com a inflação sob controle (fruto das políticas do Plano Real), a política de âncora cambial trouxe outro problema que foi o crescimento da dívida pública, o que seria uma dívida pública de 23% do PIB no início de primeiro mandato, atingiu em 1998 cerca de 35% do PIB (SALLUM, 1999).

Ao contrário do “saneamento fiscal” prometido, a política de Fernando Henrique de apreciar o câmbio, dedicar 75% do orçamento para pagar as taxas estratosféricas de juros da dívida externa e interna e compensar o déficit com privatizações não só não surtiu efeito, como também rendeu o país ao sistema financeiro.

A consagração de Fernando Henrique como o homem que combateu a inflação, tem por trás o fato de que o Brasil substituiu a alta inflação pelo endividamento e perda das estatais. Outro ponto que os economistas keynesianos e estruturalistas ressaltam, é que a política de sobreapreciação cambial do governo FHC estaria aprofundando um mal presente na estrutura brasileira, a “maldição dos recursos naturais” ou a também chamada “doença holandesa”¹. Na interpretação da corrente keynesiana este foi o problema que teria o governo FHC, a sobreapreciação do câmbio e os juros altos diminuíram o acesso ao crédito e deixou pouco competitiva à indústria nacional, iniciando o processo de desindustrialização.

Não quer dizer necessariamente que houve queda na produtividade da indústria na época, porém a queda da indústria na participação no emprego e menor participação da

¹ A doença holandesa tem este nome por conta do fenômeno de sobreapreciação do Florim após a descoberta de gás natural na Holanda, com isto, a indústria se tornou menos competitiva em nível internacional e a país sofreu relativa reprimarização na década de 1960.

indústria de produtos de maior valor agregado foi evidente, podendo ser conceituado como desindustrialização restritiva (FEIJÓ; CARVALHO; ALMEIDA, 2005).

Basicamente, o problema levantado pelos keynesianos seria a “macroeconomia perversa” do neoliberalismo, baseado em juros altos, câmbio apreciado e regime de metas de inflação. Como resposta a esta macroeconomia, nasce a estratégia de desenvolvimento do “novo-desenvolvimentismo”, justamente no ano da posse de Lula, em 2003 (BRESSER, 2014).

Com a entrada de Lula, era esperado por parte da classe trabalhadora um combate efetivo ao neoliberalismo. Este setor se decepcionou porque inicialmente Lula teria seguido a cartilha do neoliberalismo, com o argumento de que teria que resolver problemas estruturais deixados pela “herança maldita” de FHC. O mercado de fato também não reagiu bem a Lula, atacando o país com grande saída de capital.

Por trás do argumento da “herança maldita”, está contido o sinal de que pouco iria mudar. Isto ficou ainda mais evidente quando ocorreu a nomeação de Henrique Meirelles como presidente do Banco Central. O governo, com sua argumentação de que não era possível “mudar o tratamento no meio da doença” optou por responder aos males do neoliberalismo com mais neoliberalismo. Se a desindustrialização no governo FHC pode ser considerada uma desindustrialização restritiva, no caso pós-governo Lula a desindustrialização toma um rumo quase generalizado, e a participação da indústria no PIB, que chegou em meados dos anos 80 a quase 36% do PIB, decresce para quase 15% em 2011 (BRESSER, 2014).

Uma das bandeiras levantadas por Lula era a de que o FMI foi pago, o que ocorreu na verdade é que a dívida externa foi substituída pela interna, assim a liberalização financeira substituiu as condicionalidades do FMI, ou seja, ele deixou de estar submetido a um acordo formal que o pressionasse para a adoção de políticas ortodoxas, contudo passa a ser pressionado da mesma forma só que agora pelos mercados financeiros que impõe a geração de superávit primário sob ameaça da fuga de

capitais. Mas este não foi um problema, tendo em vista que o governo Lula, a todo o momento, gerou megasuperávits primários.

Mesmo com a permanência das políticas macroeconômicas ortodoxas, gerando justamente os problemas estruturais que os keynesianos previam, este setor ainda argumenta que as transformações sociais do governo Lula criariam uma forma de desenvolvimentismo, o social-desenvolvimentismo. Todavia, a política social do governo Lula, dentre elas os programas sociais como Bolsa Família e Minha Casa Minha vida, seriam programas pensados a partir de uma política apoiada no conceito de “pobreza restrita” o que reduz o número real de pobres e suas necessidades, diminuindo assim o montante de recursos públicos disponíveis para suas políticas, adequando desta forma a política fiscal às exigências do sistema financeiro.

Seriam também políticas sociais mercantis, que ao invés de prezar pelo direito amplo dos trabalhadores enquanto classe, cria uma fração de consumidores tutelados². As políticas sociais do governo Lula, apesar de ser um avanço se comparado aos governos anteriores, não se mostravam universalizantes e dividiam a classe trabalhadora em diversos segmentos através do critério da renda, intervindo assim nos setores mais miseráveis.

Lula também colaboraria com a ascensão social a partir da criação de empregos e formalização dos regimes de trabalho. Contudo, para além de uma política efetiva de criação de empregos formais, o que ocorreu foi fruto de uma reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas que marcaram a década de 2000, com a vinculação dos trabalhadores em novas modalidades especiais de contrato de trabalho (dentre elas o regime de terceirização e os contratos por tempo determinado).

Observamos então, que a criação e empregos formais mais precarizados reafirmam a lógica do neoliberalismo visto que expropria do trabalhador os poucos direitos conquistados no regime capitalista. Não podemos afirmar, portanto, que o

² Não devemos necessariamente repudiar totalmente os programas sociais criados na época, muito menos seus beneficiários, mas é necessário ressaltar os limites dos projetos sociais da época.

governo Lula tenha se colocado contrário ao regime neoliberal ou aplicado qualquer tentativa de “desenvolvimentismo”.

Um dos motivos é a estrutura dependente brasileira, que já era discutida no século passado pelos teóricos da teoria marxista da dependência, que acreditavam que a condição de país dependente no caso brasileiro e de toda América Latina inviabiliza qualquer possibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo (MARINI, 2012). A experiência brasileira do desenvolvimentismo clássico mostra também, que a burguesia nacional pouca intenção teria de alcançar este tipo de desenvolvimento caso fosse possível a ela optar pela via da aliança com a burguesia internacional.


Este ainda é o caso, tendo em vista que o próprio setor industrial vem investindo parte de sua lucratividade no sistema financeiro, enquanto explora os trabalhadores brasileiros sob o regime da terceirização. Concluímos que o mercado mundial alcançou uma forma mais desenvolvida, e com o neoliberalismo, este teria condições para dar continuidade a uma exploração internacional sem necessariamente se utilizar da violência política ou militar. Esta exploração se perpetua através da vulnerabilidade externa que o Brasil vem apresentando e reproduzindo desde a ascensão do neoliberalismo.

O neoliberalismo seria então uma fase da integração do capitalismo internacional que impossibilita uma ruptura dentro do próprio sistema e da condição de país dependente, endividado, financeirizado e agrário-exportador. Sem perspectiva de consolidar um mercado interno o Estado reafirma a impossibilidade da aplicação da estratégia neodesenvolvimentista, apesar da fé depositada no Partido dos Trabalhadores.

Referências

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2014.

Revista Posição



FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. “Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial”. *Cadernos de Discussão*, 2005.

MARINI Ruy. Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

SALLUM Jr., Basílio. “O Brasil Sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo”. *Tempo Social*, São Paulo, out. 1999.